

# **INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA**



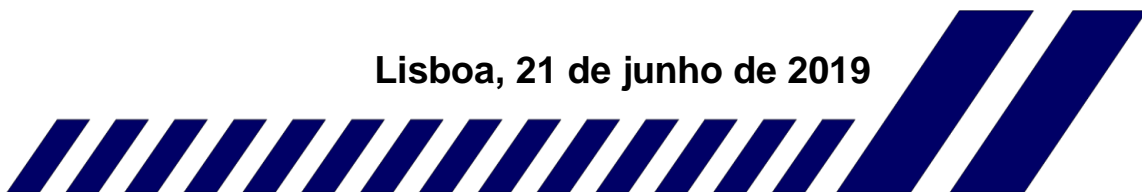
## **“SEGURANÇA PÚBLICA: MODELOS DE POLICIAMENTO”**

**Trabalho de Investigação Final**

**3.º Curso de Comando e Direção Policial**

**Autor: Casimiro Bernardes Rodrigues (Comissário)**

**Lisboa, 21 de junho de 2019**



## ÍNDICE

<b>RESUMO</b>	<b>3</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>4</b>
<b>ÍNDICE DE ABREVIATURAS</b>	<b>5</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>2. METODOLOGIA</b>	<b>7</b>
<b>3. SEGURANÇA: OBRIGAÇÕES DO ESTADO E DAS POLÍCIAS</b>	<b>7</b>
<b>4. ALGUNS MARCOS SOBRE A ORIGEM E EVOLUÇÃO DA PSP</b>	<b>8</b>
<b>4.1 IMPLEMENTAÇÃO DO POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE E PROGRAMAS         ESPECIAIS EM PORTUGAL</b>	<b>11</b>
<b>5. MODELOS DE POLICIAMENTO</b>	<b>15</b>
<b>5.1 O POLICIAMENTO REATIVO</b>	<b>15</b>
<b>5.2 O POLICIAMENTO PREVENTIVO</b>	<b>16</b>
<b>5.3 O POLICIAMENTO ORIENTADO PELAS INFORMAÇÕES (POI)</b>	<b>16</b>
<b>5.4 O POLICIAMENTO ORIENTADO PELOS DOS PROBLEMAS (POP)</b>	<b>17</b>
<b>5.5 O MODELO DE OCUPAÇÃO DO TERRENO</b>	<b>17</b>
<b>5.6 O MODELO DE CONCENTRAÇÃO DE MEIOS</b>	<b>18</b>
<b>5.7 MODELO DE DISSUAÇÃO</b>	<b>18</b>
<b>5.8 MODELO DE SEGURANÇA JUST-IN-TIME (JITS)</b>	<b>19</b>
<b>5.9 O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO (PC)</b>	<b>19</b>
<b>6. OPORTUNIDADE DE MUDANÇA</b>	<b>211</b>
<b>7. CONCLUSÃO</b>	<b>22</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>25</b>

## **RESUMO**

Nos países ocidentais, com o predomínio dos estados de direito democrático, a ação das polícias tendencialmente tem-se aproximado da defesa do bem comum, da segurança e bem-estar da sociedade/comunidade, em equilíbrio com a garantia de preservação dos direitos fundamentais. Ainda assim, as orientações de atuação das polícias só indiretamente tem origem na comunidade em que se inserem pois que, o papel dos cidadãos, nesta matéria, consiste em eleger os seus representantes políticos, de entre as listas previamente elaboradas pelos partidos, dos quais emanam as leis pelas quais se regem as polícias. E é o comando das, polícias, também com uma organização centralizada, que determina, a partir da capital, qual a organização, efetivo e atuação que as deve reger ao serviço das comunidades de qualquer localidade. Sobra assim uma reduzida liberdade para as comunidades influenciarem sobre as reais necessidades e muito menos participarem nas decisões que mais se lhes relacionam no âmbito da segurança.

Entendemos assim que, promover o equilíbrio entre centralidade e autonomia proporcionando a participação e maior envolvimento das comunidades, nas ações que a elas respeitam, na promoção da sua segurança e bem-estar, constitui o rumo natural na concretização da função suprema do estado e da sua administração, bem como no aprofundar da democracia, por isso, cabe também à PSP orientar-se nesse mesmo sentido.

**Palavras-Chave: Comunidade, Modelos de Policiamento, PSP, Sociedade.**

## **ABSTRACT**

In Western countries, with the democratic rule of law predominance, police action has tended to approximate the defense of common good, the security and well-being of society / community, in balance with the guarantee of protection of fundamental rights. Even so, the guidelines of police action only indirectly come from the community in which they are inserted. The role of citizens in this area is to elect their political representatives from the lists previously drawn up by the parties. And are these representatives that make the laws to govern the police. And it is the command (also with a centralized organization) who determines, from the capital which organization, personnel and acting that must govern the police that serves the communities of any given location. There is, thus, little freedom for communities to influence their real needs, even less so to participate in the most security-related decisions.

Therefore, the goal is promoting the balance between centrality and autonomy, providing the participation and greater involvement of the communities, in the actions that respect themselves, promoting their own security and well-being. This is the natural course in achieving the supreme function of the state and its administration, as well as in the deepening of democracy, as such, it is also up to PSP to guide itself in the same direction.

**Keywords: community, policing models, PSP, Society.**

## **ÍNDICE DE ABREVIATURAS**

GIS – Gestão Integrada de Sistemas  
GNR – Guarda Nacional Republicana  
ISPSI - Instituto Superior de Polícia e Segurança Interna  
JITS - Just-in-Time Security  
MAI - Ministério da Administração Interna  
ME - Ministério da Educação  
MIPP – Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade  
PC – Policiamento Comunitário  
PIPP – Programa Integrado de Policiamento de Proximidade  
POI - Policiamento Orientado pelas Informações  
POP - Policiamento orientado para a resolução dos problemas  
PP – Policiamento de Proximidade  
PSP – Polícia de Segurança Pública

## 1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas as polícias vêm procurando introduzir novos modelos de policiamento. Sendo a evolução da sociedade um processo constante ao longo da história, também a segurança, a criação das polícias como componentes da sociedade, estão obrigadas a acompanhar essa evolução procurando adaptar-se e responder aos novos desafios e às novas necessidades. É na respetiva capacidade de adaptação e de evolução que assenta a sobrevivência de uma instituição. Constitui assim uma necessidade comumente percecionada, em especial no seio da Polícia de Segurança Pública, doravante designada por PSP, e seus agentes, mas também na comunidade em geral, a necessidade de reestruturação da segurança interna das competências das forças de segurança no seu todo e de cada uma delas em particular. Limitando-nos agora à segurança pública e à PSP em particular, consideramos urgente repensar, qual o seu papel no sistema de segurança. Quais os objetivos estratégicos essenciais e, definidos estes, cabe identificar o rumo a seguir, projetando a reestruturação interna necessária tanto em termos normativos (organização interna) como em infraestruturas. Identificar e caracterizar as infraestruturas adequadas à nova organização projetada, rever e atualizar os modelos e de policiamento. Estes temas embora objeto de várias abordagens e iniciativas em Portugal, particularmente a nível político, a partir da última década do século anterior, tardam em frutificar de forma consistente.

Continua a questionar-se das vantagens em manter a diversidade de instituições policiais ou da sua unificação, da unificação. De todas ou de algumas, neste caso de quais. Se dentro de um único ministério ou em ministérios diferentes. Note-se que, mesmo não referindo as polícias de competência específica que também são várias, só em termos de competência integral, temos em Portugal três polícias, a PSP, Guarda Nacional Republicana, adiante designada GNR e Polícia Marítima, apenas diferenciadas pela área geográfica de intervenção.

Também em função dos objetivos pretendidos para cada uma das polícias, é premente identificar os modelos mais adequados à sua prossecução. Relativamente às duas polícias de maior abrangência no território nacional tanto em termos de implantação territorial como de competências por serem polícias integrais, a PSP e GNR, entendemos justificar-se também uma reflexão de qual a melhor forma de servirem a comunidade e, no referente aos modelos de policiamento, identificar quais os mais adequados aos fins pretendidos. É pois, esta, a linha de orientação deste estudo onde, embora condicionado

na dimensão e no prazo de apresentação, se pretende, de entre os modelos de policiamento conhecidos e estudados, realçar qual ou quais os que melhor poderão servir os objetivos da PSP e da comunidade ou comunidades onde se insere e cujas necessidades de segurança e bem-estar constituem o fundamento de existência das polícias. Neste sentido formulamos a seguinte pergunta de partida:

Qual o modelo de policiamento mais adequado para a PSP?

## **2. METODOLOGIA**

Este estudo teórico, basear-se-á na observação documental e na análise de bibliografia, de origem nacional e de alguns países ocidentais, subordinada ao tema, servindo esta de suporte para a fundamentação das conclusões e sugestões apresentadas.

## **3. SEGURANÇA: OBRIGAÇÕES DO ESTADO E DAS POLÍCIAS**

Tal como consagrado na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 9.º, são tarefas fundamentais do estado, “Garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de direito democrático”, bem como “defender a democracia política, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais”, atribuindo à polícia, no seu artigo 272.º a função da defesa desses direitos bem como a defesa da legalidade democrática. (Lei n.º 1/2005)

Estes direitos, tal como as sanções pelas respetivas violações, estão depois melhor explicitados, desenvolvidos e balizados em vários normativos, nomeadamente no Código de Processo Penal, Código Penal, Código de Procedimento Administrativo, Lei da Segurança Interna, Leis Orgânicas das Polícias e outras leis que, estabelecendo ou impondo aos órgãos do estado e da administração a intervenção na defesa da legalidade e da segurança, regulamentam também os limites dessa intervenção para que na defesa dos direitos liberdades e garantias da comunidade sejam devidamente protegidos e garantidos também os direitos fundamentais individuais de todos os membros da comunidade incluindo os dos próprios prevaricadores quando causadores de insegurança.

Ora cabendo à polícia em primeira linha a intervenção neste domínio, na defesa da liberdade e segurança, compete-lhe estabelecer as metodologias técnicas e táticas para melhor cumprir essa função, em exemplar respeito pelas normas referidas, e é esse o

trilho que vem sendo percorrido desde que o termo Polícia começou a trilhar o seu espaço na nossa cultura.

#### **4. ALGUNS MARCOS SOBRE A ORIGEM E EVOLUÇÃO DA PSP**

Em Portugal data de 1760 – os pressupostos sobre os quais assenta a imagem ainda que um pouco esquemática de um corpo de agentes, de uma noção de ordem pública, uma ideia de benefício comum, funções de prevenção e combate ao crime ancoradas no conceito de segurança pública que foram, inteiramente construídos e legitimados pela lei de 1760, instituidora da Intendência-Geral da Polícia. No período que se seguiu os progressos na segurança foram poucos e apenas, com o Intendente Pina Manique, a polícia atinge o máximo das suas potencialidades no que toca à atuação perante os crimes e a garantia da segurança, ordem e tranquilidade públicas. Entre as suas muitas iniciativas fundou a Guarda Real de Polícia, corpo militarizado a cavalo que veio a obliterar muito a criminalidade, criou a Polícia Sanitária, mais focada na sanidade das prostitutas, e criou casas de correção - Casa Pia de Lisboa – para acolhimento das crianças abandonadas, propostas estas que lhe concederam o cargo de Superintendente<sup>1</sup> (Rodrigues, 2014), Sendo já evidente, nesta época, a preocupação de, não só reprimir mas também, corrigir as causas com uma atuação preventiva.

O Intendente-Geral da Polícia da Corte e do Reino que vigorou de 1760 a 1833 centralizava todos os assuntos de Segurança, de polícia e de justiça dispondo de ilimitada jurisdição, nesta matéria, sobre todos os ministros, dispondo de mais poderes que o próprio governo, considerando-se esta instituição típica de Estado de polícia.

Neste período, até 1867, ano em que foi criada a Polícia Cívica, as decisões de Polícia estavam centralizadas na Intendência-Geral de Polícia<sup>2</sup> e, após a sua extinção (em 1833) nos Prefeitos das Províncias e nos Provedores dos Concelhos que viram a ser, mais tarde, substituídos pelos Governadores Cívicos, sendo porém o policiamento exercido por habitantes da cidade de forma voluntária ou obrigatória e por militares, com a inerente falta de uniformização e de profissionalismo (Gonçalves, 2007, p. 41).

Destas alterações e devido à crescente instabilidade política, também a instabilidade na segurança regressou, os guardas e juízes eram desmoralizados, uma vez

---

<sup>1</sup> <http://www.psp.pt/Pages/apsp/historia.aspx?menu=1&submenu=4>, consultado em 10-06-2019

<sup>2</sup> Idem



que todos aqueles sujeitos que conseguissem levar a julgamento, não se faziam cumprir as penas e estes criminosos após a condenação, até os ameaçavam, o que levou à atemorização de todos aqueles que procuravam defender a Justiça, o que conduziu a várias reestruturações policiais com extinção e criação de novas polícias, até que em 1867 foi criada uma polícia civil com uma organização distrital e sob a tutela dos governadores civis<sup>3</sup>.

Já no relatório, elaborado por uma comissão de Juristas, que antecedeu a Lei que a criou, é também notada uma preocupação de aproximar a polícia dos cidadãos, referindo-se:

À Polícia cumpre fazer cessar toda a perturbação na economia da sociedade organizada e constituída: a sua atividade é de todas as horas. (...). Os agentes da Polícia devem ser indivíduos que pela sua moralidade, honestidade e prudência, chamem sobre si as simpatias do público para que este, pelo seu lado, fazendo justiça aos seus esforços, nunca lhes negue o seu apoio<sup>4</sup>.

Podemos afirmar que foi esta primeira Polícia Cívica, fundada em 1867 que deu origem ao que hoje é a PSP esta, agora mais centralizada e com organização de âmbito nacional a qual, embora de cariz civil manteve militares no seu comando e um estatuto que a definiu como militarizada até 1985.

A partir da sua criação, esta Polícia Cívica trouxe maior uniformização policial, ficando na tutela direta do Governador Civil respetivo. Era constituída por corpos distritais, inicialmente em Lisboa e Porto, e tinha no seu comando um comissário-geral de polícia que eram simultaneamente um agente de polícia administrativa e oficial de polícia judicial, tendo a seu cargo a polícia geral e municipal.

A partir de 1993 com um incremento na profissionalização e em resultado da especialização, iniciou-se também o processo de autonomização dos ramos da polícia administrativa e da polícia de investigação. Este ramo, que já se vinha destacando pela introdução de novas técnicas e da cientificidade nas abordagens e na investigação do crime, com a introdução dos parâmetros físicos e psicológicos nas teorias de identificação dos indivíduos, e outras, em 1927 passa a depender do Ministério da Justiça.

---

<sup>3</sup> Idem

<sup>4</sup> Idem

Em 1928 é extinta a polícia administrativa e em 1931 é autonomizada a Polícia municipal de Lisboa que absorve as competências da polícia administrativa nesta cidade. A estrutura policial, durante o período em estudo, adquiriu progressivamente características de modernidade organizativa e profissional: uma estrutura de carreira que se vai formando e que com o tempo se torna mais complexa; uma profissionalização assente não só nas maiores expectativas de carreira, mas também no aumento dos níveis de eficácia.

Em finais de 1953, a PSP conquista o seu primeiro Estatuto, em 1962 foi criada a Escola Prática de Polícia (EPP), dando assim maior consistência à formação dos seus efetivos tanto na integração como na progressão e, em 1982, publica-se o diploma que cria a Escola Superior de Polícia, atualmente designado por Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI). Em 1987, dá-se a primeira integração de Oficiais Superiores do Exército no Quadro da PSP, nos postos de Subintendente, Intendente e Superintendente passando a PSP, a partir desta data, a dispor de um quadro próprio de oficiais superiores, pois que os polícias até esta data tinham a progressão limitada até ao posto de comissário, considerados oficiais subalternos, sendo o quadro de oficiais superiores constituído por oficiais das Forças Armadas, por regra do exército, em comissão de serviço. A estes oficiais superiores foi dada a oportunidade de integrar os quadros da polícia, passando a partir desta data o quadro de oficiais a ser totalmente próprio e proveniente do ISPSI (Rodrigues, 2014).

A nível dos equipamentos a evolução foi lenta e demorada sendo que, a partir dos anos 40, os polícias de Segurança Pública, começaram a circular pela cidade em carros patrulha, as comunicações de emergência via rádio levaram várias décadas de implementação e só após o acordo SIRESP, assinado em 2006, se generalizou a todos os polícias de serviço no exterior.

A grande inovação introduzida pela PSP nas últimas décadas foi o sistema estratégico de informação (SEI) destinado a registar, processar e arquivar toda a informação resultante da atividade policial, com início de implementação em 2004 e que desde então constituiu o sistema de informação policial mais completo no âmbito nacional.

Relativamente à estratégia de policiamento embora tendo havido ao longo do tempo uma evolução das táticas, o modelo de policiamento reativo constituiu a regra até à última década do século XX, com uma componente que alguns poderão considerar preventivo assente no patrulhamento aleatório. O modelo assentava essencialmente na

resposta às ocorrências e a recolha de informações era por regra relativa aos incidentes ou eventos a que respondia, não indo ao encontro dos problemas que lhes deram causa. (Oliveira, 2006, p. 305) e Na década de 1990 assistiu-se à tentativa de implementação nas forças segurança e mais particularmente na PSP de estratégias não convenientemente discutidas e amadurecidas e até mesmo algo contraditórias.

Entre 1991-1995, o XII Governo Constitucional iniciou um processo de reorganização do sistema de Segurança interna, promovendo a reestruturação para melhorar a articulação das forças e serviços de segurança, eliminando as duplicações, redefinindo missões e redistribuindo o dispositivo, animado por uma lógica economicista, o que no caso da PSP visava substituir os polícias, nalguns locais, por elementos da GNR e, na grande Lisboa e grande Porto, a concentração orgânica nas divisões policiais, fechando as esquadras (Oliveira, 2006, p. 286-288). Com as poupanças obtidas pretendia proceder à renovação das instalações e reequipamento das polícias modernizando-as. A política de concentração das divisões foi empreendida pelo Ministério da Administração Interna, doravante designado por MAI, ouvindo apenas os quadros superiores da polícia que, a troco das promessas de reequipamento não se opuseram. Mas tal reestruturação nunca foi convenientemente explicada, ignorando os quadros intermédios policiais, que deixaram de ter responsabilidade territorial individual direta, desresponsabilizando-se, e ignorando as populações locais, que viam assim a polícia afastar-se, o que despertou atenção pela comunicação social e a contestação das populações, ditando o fim da reforma logo que mudou o governo.

A partir de 1995 o XIII Governo Constitucional reverteu esta estratégia, de concentração das Divisões a par da substituição dos efetivos da PSP pelos da GNR, nalguns locais, continuando contudo uma ação de modernização mas em sentido diferente.

#### ***4.1 Implementação do policiamento de proximidade e programas especiais em Portugal***

Logo a partir do primeiro ano de governação do XIII Governo Constitucional, em 1995, o Ministro da Administração Interna (MAI) Alberto Costa começou a passar a ideia de um programa de maior valorização do policiamento preventivo e logo na cerimónia de abertura solene do ano letivo de 1995/96 da Escola Superior, referiu que: “valorizar no modelo policial português as ideias de proximidade, de comunicação e de relacionamento mais estreito entre a polícia e os cidadãos, não pode ser mero efeito

retórico. À luz da experiência contemporânea, tem que ser uma concreta orientação de reforma” (Polícia Portuguesa, 1995, p. 15).

Afirmando ainda que:

As ideias de proximidade e de orientação para os problemas traduzem a necessidade de sentir de perto os problemas da população, que deve ser afinal o destinatário da ação policial. Ganha relevo a ideia de Policiamento Comunitário ou de Proximidade, não como um fim mas como um meio de assegurar mais proteção em concreto aos cidadãos, obstar a perdas nos níveis de segurança sentidos pelas populações e combater os fatores de Insegurança tal como eles por essas populações são realmente vividos, sendo por isso fundamental assegurar a proximidade e a visibilidade da presença policial.” (Costa, 1996).

Tendo o XIII Governo proposto como grandes objetivos para a segurança interna a:

Concretização de programas de policiamento de proximidade orientados para os problemas concretos, sejam os que se relacionam com os grupos sociais mais vulneráveis aos fenómenos de insegurança (crianças, idosos, vítimas de crime), sejam os que visam corresponder cabalmente ao exercício da autoridade do Estado (policiamento intensivo em zonas urbanas e suburbanas mais fragilizadas do ponto de vista da segurança), sejam ainda os programas orientados para o reforço da presença policial na orla costeira no período de Verão (Diário da República, nº 301, 1998).

Ao nível governamental foi definido um plano integrado tendo em vista a implementação do policiamento de proximidade que se estruturou em quatro eixos, que eram compostos por um conjunto de medidas e soluções: - O primeiro eixo deste programa orientava-se para a Formação Específica dirigida às Forças de Segurança. Previa duas medidas principais: a realização de um programa de sensibilização e formação das forças de segurança e a realização de ações dirigidas aos novos formandos das Escolas de Polícia. O segundo eixo tinha como objetivo a promoção de Ações de Sensibilização, Informação e Apoio Dirigidas à População. As medidas para atingir tal objetivo passavam pela realização de um programa “Semana da Segurança” e o lançamento de um número nacional de segurança. O terceiro eixo incluía o estabelecimento e desenvolvimento de “Programas Especiais de Policiamento de Proximidade” através dos programas “Escola Segura”, “Idosos em Segurança” e “INOVAR”, e mais tarde, “Comércio Seguro”. Finalmente, o quarto eixo direcionava-se

para o “Apoio à Implementação das Polícias Municipais” (Valente, 2002, citado por *Maria do Céu Peixoto M. Teixeira Viola Silva - Mudança Organizacional na PSP. Obstáculos e Resistências ao Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade*, 2017).

Estes Programas seriam todos integrados num programa conjunto designado por Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP), no qual foi também integrado o Programa Escola Segura, doravante designado por PES que, foi efetivamente o primeiro programa do modelo de policiamento de proximidade e havia tido a sua base jurídica num protocolo assinado em 1992 entre o MAI e o Ministério da Educação do XII Governo (Oliveira, 2006, p. 99).

Posteriormente todos estes programas foram integrados num novo modelo de policiamento, O Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade, (MIPP)

Destes programas aquele que tem sido mais consistente e com melhores resultados é o PES o qual, ainda assim, conforme referido por Oliveira (2006), numa avaliação ao programa concluída em 2000 foi encontrado um importante conjunto de deficiências que vão desde a falta de audição dos atores sociais relevantes para o sucesso do programa, passando pela deficiente estruturação, coerência, ausência de definição de: objetivos claros e mensuráveis; dos recursos; procedimentos de controlo, de avaliação do programa e da informação que permita a autoavaliação, dos resultados (p. 299). Contexto este que tem conduzido a que o sucesso do programa esteja assente num recorrente voluntarismo assente e dependente da sensibilidade, perceção e motivação individual, sem um rumo claro de continuidade.

Considerando as deficiências reconhecidas na avaliação ao PES, e ainda assim, de entre todos os programas ditos de proximidade, ser este o programa melhor sucedido e mais reconhecido pela comunidade e pelos polícias, não nos parece poder concluir-se ter ocorrido uma reforma do modelo de policiamento, mantendo-se assim a reatividade como elemento essencial do policiamento diário.

Durão & LOPES (2012) concluem que a participação dos cidadãos é omissa no conjunto dos processos de afirmação e funcionamento da proximidade policial, concluindo-se assim uma tendência de imposição do PC às polícias, de cima para baixo, desenhando-se localmente a partir de uma manda governamental e administrativa, juntando-se a tendência de um serviço pensado sobretudo de dentro para fora, oferecido dos polícias aos cidadãos e com fracas oportunidades de participação de ambos no processo (p.102.).

Constatamos por isso que, nas reformas tentadas para reorganização das polícias pelo XII Governo entre 1991-1995 em que, entre outras medidas, se pretendia fechar esquadras e a concentração dos meios policiais nas sedes das divisões bem como a implementação dos programas especiais de policiamento, os principais atores e interessados, polícias e cidadãos não foram previamente ouvidos e nem foram criados mecanismos de participação resultando no fracasso e ao retrocesso das medidas, o que seria previsível num modelo não convenientemente estudado e experimentado.

As ideias de policiamento de proximidade ou comunitário e de orientação da polícia para os problemas, apresentadas pelo XIII Governo, também pouco foram além da bandeira política para aproveitar a onda de contestação à concentração da polícia e afastamento da comunidade que o antecedeu, não ganhando no terreno a consistência que aqueles conceitos implicam. Na prática o que reconhecemos ter sido implementado nas polícias portuguesas foram apenas alguns dos princípios do policiamento de proximidade, sem as alterações orgânicas e doutrina que este modelo implica especialmente na versão mais abrangente resultante do conceito anglo-saxónico, de policiamento comunitário.

Em ambos os exemplos, o que podemos constatar foi a tentativa de aproveitar uma premente necessidade de reestruturação do policiamento e da imagem conservadora da polícia para vender a ideia de um produto novo sem o imprescindível aprofundamento e amadurecimento do estudo e das alterações a empreender nem o envolvimento dos beneficiários e atores do sistema. Para uma reforma da organização policial e dos modelos de policiamento possa vingar, parece-nos elementar que essa reforma, embora careça de um forte apoio político, de âmbito tão alargado quanto possível, é primário o seu adequado e prévio estudo por especialistas de segurança, onde os polícias tem a correspondente autoridade e, ainda que esses grupos de estudos devam integrar também elementos da sociedade, a seu tempo, as propostas devem ter uma divulgação mais alargada para que as comunidades, numa perspectiva descentralizada, tenham a oportunidade e responsabilidade de escolher ou adaptar as soluções mais adequadas às suas necessidades. Trata-se da aplicação do princípio da orientação para os problemas também à componente organizativa e, tanto quanto possível, à operacional, através da adequada descentralização e participação comunitária.

Como refere Durão (2012)

Sem que sejam fornecidas as condições de autonomia, com responsabilização, aos comandantes, chefes e agentes locais nas esquadras – numa palavra,

descentralização efetiva do policiamento, mas monitorizada e controlada – a proximidade estará ora dependente de uma reprodução sem reservas, por parte dos «militantes» do programa, ora da resistência mais ou menos discreta por parte de quem não se revê no mesmo. (...) Não é por acaso que nuns países o policiamento surge associado ao par «comunidade» e noutros a ideias de «proximidade (...) Nas experiências de PP, como se viu, as polícias e os governos de Estado mantêm um estreito controlo de todo o processo, estendendo-se mesmo ao policiamento local. (...) O PP não deixa de fazer aproximações sucessivas à sociedade, mas o fim é levar o Estado e os polícias aos cidadãos e não o inverso. (...) o PC, para funcionar, não depende só de parcerias interorganizacionais mas também da participação dos públicos: o fim é atrair cidadãos, associações, grupos organizados para espaços de decisão dos polícias e do Estado. (...) Polícia e policiamento deixam de ser encarados como sinónimos, verificando-se assim um deslocamento da preocupação com a polícia para uma preocupação crescente com o policiamento (p.126-129).

## **5. MODELOS DE POLICIAMENTO**

Embora possam ser descritos uma consistente variedade de modelos de policiamento trataremos aqui apenas os que entendemos mais relevantes sendo que alguns deles, embora colocando o enfoque numa ação ou filosofia de policiamento, pela maior abrangência incorporam outros de âmbito mais específico, nem sempre permitindo uma clara delimitação do conceito. Assim iremos agrupá-los sob diferentes perspetivas com vista a, no nosso entender, facilitar a respetiva apreensão e interiorização.

Relativamente à mobilização dos meios classificamos o policiamento em dois tipos:

### ***5.1 O policiamento reativo***

Em que todas as ações são desencadeadas após o conhecimento da ocorrência, considerando-se como ocorrência todas as ações geradoras de insegurança, normalmente as criminais mas não só. Na reação incluímos todas as ações desencadeadas com base nas ocorrências registadas, não só a resposta imediata para fazer cessar a ocorrência e conter os danos, socorro das vítimas detenção dos autores, envolvimento de outras entidades, mas também a investigação criminal, tratamento estatístico, análise e tratamento em termos de informações e inteligência, etc.. O policiamento reativo é o

modelo mais tradicional e está normalmente associado à coação, a ações repressivas sobre os prevaricadores no sentido de repor a ordem e fazer cumprir a lei. Está também associado a conceitos militares pelo que ainda hoje são comuns expressões como “combate ao crime” ou “luta contra a criminalidade”.

## ***5.2 O policiamento preventivo***

Consiste em todas as ações, toda a proatividade, suscetível de ser desencadeada previamente com o objetivo, de evitar as ocorrências geradoras de insegurança. É de difícil caracterização pois que poderá envolver uma multiplicidade de atores e de ações daí que a generalidade dos atores que abordam esta modalidade defendam, como condição para a sua efetiva concretização, uma descentralização do estado, e de competências da Polícia, maior autonomia regional e local bem como a participação da comunidade nas estratégias de segurança. Integra o policiamento orientado para a resolução dos problemas (POP) e constitui a essência do Policiamento Comunitário.

Quanto à orientação do policiamento referimos dois modelos, que consideramos já incorporarem uma elevada cientificidade e profissionalismo:

## ***5.3 O policiamento orientado pelas informações (POI)***

É um modelo de ação e uma filosofia de gestão onde a análise de dados e a informação criminal são essenciais para uma estrutura de tomada de decisões objetivas que facilitam a redução de crimes e de problemas, a interrupção e a prevenção por meio de gestão de implementação de estratégias eficazes contra alvos e infratores sérios. Coloca ênfase significativa na análise de dados e de informações como o componente central do pensamento estratégico da polícia (Ratcliffe, 2008, p. 6-8).

Baseando-se em registos anteriores, pesquisas e outras informações recolhidas, nomeadamente através de canais técnicos, processa e analisa essas informações visando orientar as ações policiais no sentido de prevenir as ocorrências e reduzir as ameaças. Pode ser de extrema importância na investigação de grupos criminais organizados ou criminalidade de maior abrangência territorial com destaque para a criminalidade internacional (Ratcliffe, 2008,).

Recorre também à tecnologia para mapeamento de redes sociais, análise de chamadas telefónicas, rastreamento de transações financeiras eletrónicas, rastreio de movimento de pessoas através do sistema de companhias aéreas, vigilância por vídeo



ligada ao reconhecimento facial, leitores de placas de veículos e sistemas de detecção de áudio de tiro. O *software* moderno pode mapear os pontos críticos do crime com facilidade, através do uso de GIS. Relacionado ao mapeamento do crime estão as mais recentes palavras de ordem na polícia, o policiamento preditivo (Ratcliffe, 2008).

#### **5.4 O policiamento orientado pelos dos problemas (POP)**

É uma abordagem de policiamento que submete os problemas da atividade policial (normalmente os de maior relevância em termos de frequência ou impacto) a uma análise microscópica na esperança que as descobertas sobre as causas de cada problema conduzirá a novas e mais efetivas estratégias para resolvê-los. Enfatiza uma nova abordagem preventiva com envolvimento de parcerias para reduzir o problema. Implica compromisso para implementar uma nova estratégia e avaliar rigorosamente a sua efetividade. Os resultados poderão beneficiar outras Polícias considerando o conhecimento produzido, o que conduz a maior profissionalização da polícia (Goldstein & Winners, 2001, p. 2).

Na concepção de um modelo macro de segurança, arquitetada segundo duas variáveis entrecruzadas: por um lado, o grau de retratibilidade / visibilidade dos meios e, pelo outro o grau de utilização do capital fixo / mão-de-obra, Torres (2015) considera quatro modelos, dois de mão-de-obra intensiva, de ocupação do terreno e de concentração de meios e, dois modelos de capital intensivo, de dissuasão e de segurança Just-in-Time adiante designado JITS (p. 91-98).

#### **5.5 O modelo de ocupação do terreno**

Consiste no conceito literal do termo e alia a mão-de-obra intensiva e forte visibilidade dos meios, humanos e materiais. É um modelo muito usado em países com uma cultura securitária algo conservadora e mão-de-obra barata, tem elevados custos com, instalações e meios, baixa cientificidade, muito ineficientes embora por vezes assumidos politicamente em prol da tranquilidade e satisfação dos eleitores. Em países mais desenvolvidos poderão ser pontualmente usados, após atentados terroristas ou perante ameaças de risco elevado, no sentido de restaurar rapidamente ou preservar o sentimento de segurança dos cidadãos, mas ainda assim por curtos períodos e muito localizados, nomeadamente em *hotspots*;

### ***5.6 O modelo de concentração de meios***

Assenta na necessidade de manter elevados níveis de eficácia no combate à insegurança, objetiva e subjetiva em contextos de forte contenção orçamental relativamente a consumos intermédios, combustíveis, serviços de manutenção, equipamento e tecnologia. Este modelo de concentração em termos orgânicos, se conjugado com ações de formação, uma filosofia de análise de risco e um mecanismo lubrificado de coordenação, nomeadamente controlo de informações, operações e fatores críticos de sucesso, permite manter elevados níveis de eficácia. Tem como fragilidade uma fraca visibilidade dos meios e pode conduzir a posturas demasiado passivas e táticas basicamente reativas perante a crescente volatilidade e instabilidade próprias das sociedades democráticas ocidentais, sendo por isso mais adequada a ambientes estáveis e previsíveis.

### ***5.7 Modelo de Dissuasão***

É um modelo de grande expressão em países com uma cultura securitária elevada em que todos os agentes, políticos, e sociais estão estreitamente sintonizados na necessidade de combater de forma direta e incisiva as fontes de perigo e de ameaça e onde a parcela de investimento dedicada a assuntos de segurança é significativa, a opção passa normalmente por aumentar a capacidade de deteção e de processamento de ocorrências e de vigilância permanente das fontes de perigo e de ameaça, através dos meios com forte base tecnológica.

Neste panorama a aposta na tecnologia e na cientificidade da atuação preventiva e repressiva é uma realidade incontornável em detrimento do fator humano. A proliferação de sistemas de CCTV, a georreferenciação de meios móveis e de pontos de interesse policial, a investigação operacional com modelos matemáticos, as técnicas de definição de perfis geográficos e psicológicos, os meios aéreos tripulados e não tripulados, entre outros, são instrumentos essenciais na gestão da atividade operacional, provocando uma sensação de onnipresença junto das comunidades de risco e da própria população e geral, potenciando o efeito dissuasor.

A coexistência deste modelo com protocolos de atuação regularmente testados e consolidados, uma cadeia de comando e controlo muito solidificada e de elevadíssimo grau de cientificidade, em tudo o que faz, mitiga a interferência de racionalidades externas, políticas e populares, na atividade técnico-tática corrente.

À semelhança dos países desenvolvidos onde este modelo é assumido, o escrutínio do sistema e das forças de segurança, neste modelo, terá de ser permanente e exigente de forma a permitir uma ampla liberdade executória com a inerente responsabilidade, e respeito pleno pelos direitos liberdades e garantias dos cidadãos.

### ***5.8 Modelo de Segurança Just-in-time (JITS)***

É uma estratégia de gestão policial significativamente assente em tecnologia inteligente que alia a concentração de meios com a capacidade de os projetar quando, onde e como a situação o exigir, sendo suportada por um estudo sistemático de informações e de operações. Atinge o máximo da sua eficiência em cidades de elevada ou média dimensão, mas também em grandes eventos. Integra o policiamento preditivo ou policiamento de precisão, embora este último mais adequado para as especificidades das comunidades.

### ***5.9 O policiamento comunitário (PC)***

Consiste em dois componentes principais: parcerias com a comunidade e resolução de problemas. É uma parceria ou um relacionamento aprimorado entre a polícia e a comunidade que serve, e uma parceria em que a polícia deve ajudar as pessoas numa infinidade de problemas e condições sociais, incluindo o crime. É parceria porque a polícia deve solicitar apoio e participação ativa para lidar com esses problemas (Wood & Bradley, 2009).

Kappeler (2015) desenvolve este conceito de forma abrangente. Embora assumindo que o mesmo não pode ser encerrado numa definição simples, considera-o uma filosofia ou um relacionamento aprimorado, porque a polícia deve lidar com questões substantivas, deve ir para além da simples resposta ao crime e às chamadas para a resolução de problemas. No PC e na resposta aos problemas a polícia deve, essencialmente, identificar e tratar as respetivas causas para que a sua resolução seja efetiva. Quando os problemas são resolvidos, conquista-se um nível mais alto de civilidade e tranquilidade na comunidade. Parcerias comunitárias são a envolvimento e interação da polícia com a comunidade para a resolução dos problemas sociais de forma cooperativa. Por outro lado, a resolução de problemas é onde os polícias comunitários tentam lidar com as condições que causam o crime, a insegurança e afetam negativamente a qualidade de vida de uma comunidade. A resolução de problemas é uma parte importante do PC (p. 46).

O PC também incorpora uma estratégia organizacional que permite às unidades de polícia descentralizar o serviço e reorientar o policiamento (Skogan & Hartnett, 1997). O foco está no polícia que trabalha junto das pessoas e seus problemas, este é responsável por patrulhar um ambiente ou área geográfica específica e trabalha como um generalista que admite fazer detenções, apenas como uma das muitas ferramentas viáveis, ainda que apenas temporariamente, para resolver os problemas da comunidade, serve como representante da comunidade para a ligação a outros serviços públicos e privados que podem disponibilizar ajuda. Outra questão relevante é a estabilidade dos polícias, se estes se mantiverem nas mesmas áreas geográficas, poderão não apenas se concentrar em incidentes problemáticos mas essencialmente se envolver diretamente em estratégias que possam evitar problemas de longo alcance. Além disso, ao dar às pessoas o poder de definir agendas policiais locais, o PC desafia os polícias e os membros da comunidade a cooperar na busca de novas e criativas metodologias de identificação e resolução precisa dos problemas das suas comunidades. (Kappeler, 2015).

Entendemos que o PC embora podendo conjugar-se com outras filosofias de intervenção policial, ou parte delas, englobando-as na sua ação, nomeadamente o policiamento orientado pelas informações (POI) e o policiamento orientado para a resolução dos problemas (POP) diferencia-se, indo muito para além destes modelos, pela sistematização do envolvimento da comunidade e respetivo empoderamento na resolução dos problemas. Nesse sentido, a ação de policiamento no seu papel e agenda é ditada pela comunidade, em vez de ditada (pelo estado ou pela polícia) para a comunidade. Mais do que levar o estado à comunidade permite que a comunidade se aproxime do estado. Baseia-se na crença de que somente trabalhando em conjunto com as pessoas a polícia conseguirá melhorar a segurança e a qualidade de vida de todos os membros de uma comunidade. Isso implica que a polícia deve assumir novos papéis e desempenhar a sua missão de maneira muito diferente.

Além de fazer cumprir a lei, os polícias comunitários devem servir como conselheiros, facilitadores, apoiantes e líderes de novas iniciativas baseadas na comunidade. A polícia deve começar a ver-se como parte da comunidade e não como separada da comunidade, em patamar diferente. Não é o estado junto da comunidade mas o estado interligado com a comunidade. Na sua forma ideal, o PC é uma forma de democracia participativa de base, em vez de uma abordagem representativa de cima para baixo na abordagem da vida comunitária contemporânea. Nesse sentido, a polícia torna-se participante ativa de um processo que altera as configurações de poder nas

comunidades. O PC desafia e capacita a polícia a trabalhar com pessoas comuns para trazer seus problemas da vida real para as autoridades governamentais com capacidade de desenvolver políticas públicas significativas e fornecer os serviços necessários às comunidades (Kappeler, 2015).

Este modelo de Policiamento Comunitário que se vem desenvolvendo nos países anglo-saxónicos difere substancialmente do modelo de policiamento de proximidade mais característico dos países europeus, França, Bélgica e também Portugal, constituído este um modelo muito mais suave de policiamento, menos proactivo e onde o estado e a polícia se aproxima dos cidadãos e da comunidade mas, mantendo a centralização das decisões, não permite às comunidades a participação na elaboração das estratégias e ações de policiamento que lhes diz respeito.

Contudo este modelo de policiamento, apesar do seu sucesso e rápida expansão, ainda está longe de atingir a sua plenitude. Nos Estados Unidos, em 2007 apesar de a quase totalidade dos departamentos policiais já dispor de PC a tempo integral, muitas pessoas, tanto dentro como fora das unidades de polícia, não sabem exatamente o que é “policiamento comunitário”. Para alguns o policiamento comunitário é simplesmente um novo nome para as relações entre polícia e comunidade. É patrulha a pé? É a prevenção do crime? É a resolução de problemas? É um artifício político, uma moda passageira ou uma tendência promissora, ou é uma maneira nova e bem-sucedida de policiamento? (Kappeler, 2015).

O mesmo se passa em Portugal conforme refere Durão (2012) ”Por isso, quando inquiridos sobre o que fundamenta o PP, o conjunto de mais de 100 polícias que entrevistei ao longo dos anos refere uma amálgama de ideias dificilmente operatórias e até contraditórias entre si.”, Havendo ainda muito a fazer para a sua implantação (p. 112).

## **6. OPORTUNIDADE DE MUDANÇA**

A segurança, no contexto de globalização da sociedade, da circulação de produtos, serviços e pessoas e, por arrastamento, também dos riscos e das ameaças, tornou-se uma preocupação também ela global. Tais ameaças não são apenas as resultantes da globalização da economia mas também das ligações e promiscuidade entre a economia legal com a economia ilegal que nos anos mais recentes tem gerado a atividade e enorme mobilidade de grupos criminais organizados, as suas interligações, incluindo as ligações ao terrorismo. Também no contexto dos atuais conflitos

internacionais que, já longe de estarem confinadas às fronteiras dos países intervenientes, envolvem novos atores, novas metodologias e novas geografias estendem os seus efeitos e mais especialmente as suas ações concretas a qualquer ponto do globo. Segurança essa ou a sua ameaça, que está a dinamizar, a nível internacional, maior reflexão sobre as políticas, os conceitos, modelos e tecnologias a empregar (Report Socta, 2017).

Não será fácil encontrar na história um momento em que o tema Segurança fosse objeto de tanta atenção e dinamismo como apresenta na atualidade. Torna-se assim imperativo a urgente adaptação das forças de segurança a esta realidade e a este contexto.

Portugal encontra-se numa posição de excelência para embarcar nesta aventura. Está na moda em termos internacionais, não é só por ter o melhor futebolista do mundo, as melhores praias, ter uma elevada atração turística tal como em muitas outras áreas que aqui se dispensa a exaustão da explanação. Tem também um Secretário-geral da ONU, integra a União Europeia, Integra a CPLP constituída maioritariamente por países onde a insegurança é uma das principais dificuldades. Diríamos mesmo que Portugal está na moda em diversas áreas como não estava há muito tempo, se não, desde o período os descobrimentos.

Encontra-se também nos lugares cimeiros em termos de segurança, pelo que a dinamização de uma indústria de segurança nacional lhe permitiria usar um palco já montado e sem ou com reduzidos custos.

Apesar da organização da segurança interna, o estado de desenvolvimento das duas principais e integrais forças de segurança, os seus meios tecnologias e modelos de policiamento de encontrem bastante desajustados do contexto atual e a carecer urgentemente de uma reflexão, reestruturação e atualização, este contexto, diríamos nós, pode ser dourado para uma reforma muito abrangente, assim haja a iluminação que nos permita saber tirar partido da oportunidade.

## **7. CONCLUSÃO**

Em Portugal, já desde a década de 80 e mais insistentemente a partir dos anos 90, se vem debatendo o modelo e organizativo do sistema de segurança interna bem como os modelos de policiamento. Pensamos que começa a verificar-se algum amadurecimento, pelo menos no referente à PSP, quanto à sua organização interna, estratégia e seus modelos de policiamento. É mais especificamente no que à PSP se relaciona, no seguimento da questão inicial e modelos apresentados, que apontamos as

opções seguintes, convictos de que decorrendo de um corolário natural, no mínimo, serem merecedoras da adequada reflexão:

- Domínio e enfoque na prevenção criminal segurança e bem-estar dos cidadãos com a opção e assunção clara do modelo de Policiamento Comunitário, como modelo estrutural da PSP, com a máxima amplitude permitida, a todos os níveis organizativos, seja a nível local com o policiamento, seja a nível municipal, distrital ou nacional, com a necessária descentralização de algumas competências, conjugadas com a coordenação e apoio central na formação, orientação e outras que se justificar, nomeadamente no apoio e assessoria a contratos de segurança, de parceria ou de colaboração com empresas locais, visando também a dinamização e prestação de serviços ou fornecimento e desenvolvimento de produtos do interesse não só da PSP, mas mais abrangente, com a preocupação do interesse comum. Incluir aqui as novas tecnologias, promovendo por essa via também o envolvimento da comunidade, aos diversos níveis, nas ações de segurança mas também na economia da segurança ao respetivo nível geográfico. Deverá integrar-se neste modelo de PC os modelos acima referidos, na medida em que se conjuguem para os mesmos fins.
- Reestruturação orgânica da PSP e das infraestruturas, com maior prioridade às grandes metrópoles, Lisboa e Porto visando a maior concentração orgânica das Esquadras/Divisões, as quais terão de ter a dimensão adequada às necessidades atuais e perspectivas ou possibilidades futuras, de forma a prevenir novas necessidades e evitando futuros remendos. Fecho das esquadras atuais de forma progressiva à medida que as novas esquadras e novo modelo for sendo implementado. Realçamos que esta medida deverá ser incrementada em paralelo ou preferencialmente antecipada com o modelo efetivo de policiamento comunitário, de forma a ser claramente e de forma inequívoca, percecionado pelas pessoas que, são elas o alvo da atenção e que é para elas que se opera esta reestruturação. Justifica-se insistir que o enfoque deverá ser a garantia da perceção pela comunidade e não a mera difusão de informação.
- Forte investimento nas novas tecnologias meios e metodologias conforme preconizado nos modelos de dissuasão, *just-in-time* e POI, considerando aqui também as reflexões mais recentes, no domínio do policiamento preditivo e de precisão, maximizando o potencial da cientificidade. Nesta vertente, embora reconhecendo-se a necessidade e imprescindibilidade de apoio da tutela, deverá a PSP abrir outras portas de apoio nomeadamente as autarquias e empresas da

especialidade estabelecendo protocolos de colaboração e parcerias de interesse comum, mediante uma prévia e adequada apresentação da estratégia e projeto. Esta opção não só permitirá a compensação ou complementaridade da insuficiente dotação orçamental, como possibilitará também o alargamento das alianças de apoios para maior influência política no suporte desta estratégia. Todas estas ações deverão compatibilizar-se com a captação de outros recursos, nomeadamente de fundos nacionais ou europeus disponíveis.

- Dinamização da área de investigação criminal, em termos de meios e metodologias, organização e definição estratégica, reduzindo o enfoque nas bagatelas penais e priorizando o enfoque nos crimes instrumentais e outras orientações da EUROPOL no que a sua competência permitir, bem como em crimes de maior alarme social e permanente adaptação às principais necessidades de prevenção e combate criminal das comunidades onde as subunidades se inserem, em apoio ao policiamento comunitário.
- Dinamização das Relações Públicas da PSP alargando a amplitude da sua ação a qual, além de divulgar a ação resultados e imagem da PSP, deverá essencialmente promover a sua estratégia e dinamizar as comunidades para apoio e dinamização conjunta dessa mesma estratégia, como uma necessidade das próprias comunidades onde se insere. Deverá igualmente descentralizar-se e promover também a aproximação da PSP às comunidades onde se insere, criando serviços ou elementos em todas as subunidades territoriais para, em apoio dos respetivos comandantes, melhor divulgar e promover a marca PSP, nacional mas também a marca PSP local, havendo aqui uma infinidade de tarefas que poderão catalisar a sua função.

Embora o grau de implementação do PC possa ser condicionado pela reforma do estado e pelo apoio político ou da sua falta, entendemos que a PSP deverá inserir de imediato este modelo, de forma clara, na sua estratégia, produzindo estudos, doutrina, formação e procedimentos que o suportem, liderando a sua implementação internamente, mas também de forma transversal na sociedade e nas comunidades.



## BIBLIOGRAFIA

- de Oliveira, J. F. (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento: A emergência do policiamento de proximidade*. Almedina.
- Durão, S., & LOPES, D. S. (2012). Policiamento de proximidade em Portugal: limites de uma metáfora mobilizadora. *Polícia, Segurança e Ordem Pública. Perspectivas Portuguesas e Brasileiras*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 101–134.
- Goldstein, H., Samuels, J. E., & Frazier, T. C. (1999). *Excellence in Policing : The 1999*.
- Goldstein, Herman & Winners, A. (2001). Excellence in problem-oriented policing. *New York NY*.
- Gonçalves, C. G. da R. (2007). *A Construção de Uma Polícia Urbana, Lisboa 1890-1940*. Retirado de: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/632/1/A\\_Construção\\_de\\_uma\\_Polícia\\_Urbana.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/632/1/A_Construção_de_uma_Polícia_Urbana.pdf), em 25-05-2019
- Kappeler, V. E., Gaines, L. K. (2015). Community Policing, 7th Edition [VitalSource Bookshelf version]. Retrieved from vbk://9781317531265
- Lei n.º 1/2005 de 12 de Agosto; Retirado de: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=4&tabela=leis&so\\_miolo](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=4&tabela=leis&so_miolo) = em 05-06-2019
- Ratcliffe, J. H. (2008). *Intelligence-led policing*. Routledge.
- Report Socta (2017), European Union Serious And Organised Crime Threat Assessment 2017, *Report Organised Crime (SOCTA/OCTA)*, retirado de: <https://www.europol.europa.eu/activities-services/main-reports/european-union-serious-and-organised-crime-threat-assessment-2017> em 7-06-2019
- Rodrigues, R. I. R. (2014). *Tese: Polícia Nacional Portuguesa*. Retirado de: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/15394/1/Tese\\_Correções.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/15394/1/Tese_Correções.pdf) em 03-06-
- Torres, J. E. M. (2015) *Gestão de Riscos No Planeamento, Execução e Auditoria de Segurança*, ISCPCI
- Skogan, W. G., & Hartnett, S. M. (1997). Community Policing: Chicago Style. New York, NY: Oxford University Press.
- Wood, J., & Bradley, D. (2009). Embedding Partnership Policing: What We've Learned from the Nexus Policing Project. *Police Practice & Research*, 10, 133–144. (Kappeler, 2015, p. 47)